

# A NOÇÃO DE LINGUAGEM EM AQUISIÇÃO NOS REFERENCIAIS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL\*

Conceptions of Language Acquisition in Curricula References for Children Education

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante\*\*

**Resumo:** Este trabalho tem por intuito discutir as concepções de linguagem abordadas pelos referenciais curriculares nacionais da educação infantil em contraponto com as teorias sobre a aquisição da linguagem. Busca-se trazer à tona um embate clássico na literatura de aquisição da linguagem sobre o caráter natural versus aprendido da linguagem. O debate se atualiza com a presença nos referenciais da concepção da linguagem em aquisição enquanto instrumento de aprendizagem. Assim nos deteremos na análise das concepções de linguagem em aquisição subjacentes nestes documentos oficiais, trazendo à tona o estatuto atribuído à linguagem enquanto objeto da educação infantil de zero a seis anos.

**Palavras-Chave:** Linguagem, Aquisição, PCNs

**Abstract:** This article discusses language conceptions as put in by official national curricula for children education in contrast to language acquisition theories. We aim at revealing the classical struggle between nature and nurture in language acquisition. The classical debate is revisited by the official references once it assumes acquiring language as a learning tool. Therefore, this paper analyses the notion of language acquisition which underlies those official parameters showing the statute given to language in 0-6 year-old children education.

**Key-Words:** Language, Acquisition, National Curricular Parameters.

Sem dúvida, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais Curriculares e as Orientações Curriculares constituíram-se enquanto um grande avanço para o ensino no Brasil. A sua implantação e adoção, em fins da década de noventa do século

\* Uma versão modificada deste artigo foi apresentada no I CIPLA, João Pessoa, 2006.

\*\* Professora da Universidade Federal da Paraíba

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	-------------	------	------	---------------	---------

vinte, pelas redes de ensino pública e privada, tem fomentado amplas discussões que perpassam a sua legitimidade<sup>1</sup> e viabilidade<sup>2</sup> enquanto documentos norteadores da educação formal no país. Mas sem entrar nesta discussão, nem desmerecendo sua importância, busco por em relevância, neste artigo, a(s) teoria(s) de aquisição da linguagem que atravessam o discurso presente em tais documentos, especificamente o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

A história recente da Educação Infantil no Brasil está atrelada às mudanças sócio-econômicas, bem como com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o quadro abaixo ilustra este movimento:

	<b>1960/1970</b>	<b>1988</b>	<b>1996/2001</b>
<b>Contexto E Políticas</b>	Aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. Movimentos de mulheres. Luta das Func. Públicas (SP) por creche.	Constituição Brasileira de 1988.  Estatuto da criança e do adolescente.	LDB nº 9394 / 96.  Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
<b>Função Das Instituições de Educação Infantil</b>	Guarda da criança enquanto a mãe trabalha. Espaço de recreação. Função compensatória de “carências”.	Ampliação dos conceitos de cuidado e de guarda. Introdução das funções educativas.	Integrando as funções de educar cuidar.
<b>Papel do Profissional</b>	Recreacionista/pajem.	Educador(a).	Professor(a).

**Mazzilli et al (2001)**

Como podemos observar no quadro acima em cada contexto

<sup>1</sup> A classe de professores da rede pública muitas vezes questionou a legitimidade de tais documentos, que não foram postos em discussão pelos principais interessados, os professores.

<sup>2</sup> As novas diretrizes de ensino, fundamentadas sob o viés da construção do conhecimento, opõe –se radicalmente a uma prática de educação até então vigente, dita conservadora e transmissiva.

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	-------------	------	------	---------------	---------

sócio-político as instituições da Educação Infantil foram assumindo diferentes papéis, desde uma perspectiva compensatória, enquanto espaço de recreação para distrair as crianças enquanto as mães trabalham, até as primeiras inserções propriamente educativas, visando a inter-relação do cuidar e do educar. Perspectiva esta adotada na atualidade.

É interessante destacar também, neste movimento histórico, o papel do profissional que assume este lugar nas instituições infantis ao longo do tempo. De início é o pajem aos poucos este se constitui em educador até chegar ao professor, consolidando assim a entrada da função educativa nestas instituições.

Com efeito, a mudança de papel das práticas educativas nas instituições, bem como dos profissionais que fazem parte destas mudaram em função de políticas nacionais que passaram a dar destaque à criança no cenário nacional, a saber, a Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. É a partir de tais documentos que se passa a discutir o papel do infantil na sociedade brasileira.

Seguindo este movimento, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1999, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que orientam a organização das instituições que se dedicam ao atendimento de crianças dessa faixa etária <sup>3</sup>. Com essas Diretrizes são estabelecidas “novas exigências para as instituições de educação infantil, particularmente quanto às orientações curriculares e processos de elaboração de seus projetos pedagógicos” (Mazilli et al, 2001 p.3).

Nesta direção, em 1998 é elaborado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, documento que lança as principais diretrizes para o tratamento deste segmento educativo dentro do quadro da educação básica no Brasil. Centrado na faixa etária de 0 a 6 anos

“estabelece, pela primeira vez na história de nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, nosso objetivo, com este material, é auxilia-lo na realização de seu trabalho educativo

---

<sup>3</sup>BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB 1/99. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18.

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	----------------	------	------	------------------	---------

diário junto às crianças pequenas.” (Referencial, 1998 p. 7, vol. 1)

Seus principais objetivos são:

“apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.” (Referencial, 1998, op. cit.).

É a partir deste panorama que um novo fazer na prática educacional da Educação Infantil passa a se constituir, um fazer ancorado em certos pressupostos teóricos acerca desta criança e sua relação com a linguagem. É isto que veremos a seguir.

### **As teorias da aquisição da linguagem no Referencial da Educação Infantil**

A área de aquisição da linguagem se constrói enquanto área interdisciplinar que articula teorias lingüísticas e psicológicas, especificamente da psicologia do desenvolvimento. Nesta área, desde sua formação em meados da década de 50 do século XX, transitam teorias de duas ordens, aquelas que tomam a relação da criança com a língua(gem) enquanto externalidade, isto é, a língua(gem) estaria fora da criança e seria algo a ser adquirido, ou a língua(gem) estaria na criança como algo inato. Estas duas perspectivas, trazem à tona o embate clássico experiencialismo *versus* inatismo. Ou o debate Skinner *versus* Chomsky.

Skinner (1957) é expoente da teoria behaviorista, segundo a qual a língua(gem), assim como os demais comportamentos humanos, é um comportamento a ser aprendido. Logo é externa à criança que a aprenderá como um instrumento de comunicação.

Já para Chomsky (1957, 1959) a língua(gem) é algo instalado no indivíduo, biologicamente herdado e pronto para funcionar assim que houver as condições de maturação satisfatória para tal.

Na perspectiva chomskyana, o ser humano é dotado de um sistema, o Dispositivo para Aquisição da Linguagem (DAL), que

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	-------------	------	------	---------------	---------

possibilita ao homem falar qualquer Língua Externa (LE) com base nos princípios e parâmetros de sua Língua Interna (LI). E destaca que é papel da lingüística dedicar-se a essa relação LI e LE. Assim, nesta perspectiva já somos dotados de uma língua(gem), não havendo nenhum papel a ser desempenhado por esta criança neste processo, a não ser aguardar sua maturação e explicitação.

Vale destacar que nas duas teorias não há qualquer ação da criança na sua relação com a língua(gem), pois no primeiro caso é um comportamento aprendido, externo, e no segundo caso é biologicamente herdado, interno.

Numa posição diferenciada, temos a perspectiva de Piaget (1979) e Vygotsky (1984), ambos teóricos que posicionavam a criança numa perspectiva ativa na sua relação com a língua(gem).

A abordagem de Piaget (op. cit.), conhecida como cognitivismo construtivista ou epigenético, buscava explicar a linguagem como dependente do desenvolvimento da inteligência na criança. Nesta perspectiva o aparecimento da linguagem se dá na superação do estágio sensório-motor, por volta dos 18 meses, é o período do desenvolvimento da função simbólica, através da qual um significante pode representar um objeto significado (Scarpa, 2001). A relação da criança com o meio ambiente físico é a garantia da construção cognitiva, via processos de assimilação e acomodação.

Para Vygotsky (op. cit.), cuja vertente teórica é conhecida como construtivismo social, sua teoria destaca que fala e pensamento prático devem ser estudados sob o mesmo prisma e a atividade simbólica viabilizada pela fala, constitui-se como uma função organizadora do pensamento. Através da mediação social (representada pelo outro-parceiro interativo), se dá a internalização cognitiva. Assim, *“entre a criança e o mundo, existe a mediação através do outro”* (Scarpa, op. cit. p. 213).

Observe-se que são dois tipos de construções nesta terceira ordem de teorias, na primeira temos uma criança que constrói linguagem na dependência de uma construção anterior – a inteligência- cujo processo se sustenta na relação indivíduo e ambiente. Na segunda ordem há também construção, mas construção mediada pelo social e sem uma dependência da linguagem ao pensamento. Estes se constituem como indissociáveis com a entrada da mediação social.

Como podemos perceber três perspectivas se colocam na

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	-------------	------	------	---------------	---------

relação da criança com a linguagem e como mostraremos a seguir, o Referencial para Educação Infantil oscila entre estas teorias, não deixando claro em que lugar teórico situa a aquisição da linguagem. O fragmento abaixo mostra tal oscilação:

“Muito cedo, os bebês emitem sons articulados que lhes dão prazer e que revelam seu esforço para comunicar-se com os outros. **Os adultos ou crianças mais velhas interpretam** essa linguagem peculiar, dando sentido à comunicação dos bebês. **A construção da linguagem oral implica, portanto, na verbalização e na negociação** de sentidos estabelecidos entre pessoas que buscam comunicar-se.”<sup>4</sup>(Referencial, vol 1 p. 7.)

Este excerto se situa dentro do paradigma do construtivismo social, no qual a linguagem se constrói a partir da mediação com o outro, como mostra os fragmentos em negrito no texto. Aqui não há dúvida da perspectiva norteadora do texto do Referencial, no entanto, logo em seguida temos:

“**Aprender a falar**, portanto, não consiste apenas em memorizar sons e palavras. **A aprendizagem da fala pelas crianças** não se dá de forma desarticulada com a reflexão, o pensamento, a explicitação de seus atos, sentimentos, sensações e desejos.”<sup>5</sup> (Referencial, op. cit.).

O trecho acima toma a linguagem como um instrumento a ser aprendido, distanciando-se completamente do construtivismo vygotskyano, a fala é um instrumento de aprendizagem tal como preconiza o behaviorismo skinneriano. Logo se observa uma oscilação entre duas perspectivas teóricas completamente antagônicas.

A questão que se coloca é como diante de objetos tão diferentes: uma língua(gem) aprendida individualmente *versus* uma língua(gem) construída na interação com o outro, a prática educativa pode se dá?

<sup>4</sup> Grifo nosso.

<sup>5</sup> Grifo nosso.

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	----------------	------	------	------------------	---------

A incongruência entre os dois objetos, aprendido *versus* construído, coloca o sujeito criança também em posições diversas. Pois no primeiro temos um sujeito que nada sabe e vai apropriar-se via aprendizagem desta linguagem, na segunda perspectiva, temos o sujeito ativo que constrói a linguagem na mediação com o outro. E assim como há sujeitos diferentes, práticas profissionais diferentes também se colocam, no primeiro caso, o professor é a instância do saber sobre a língua(gem), uma vez que proferirá a criança com lições de linguagem; no segundo, o professor é um parceiro interativo que se coloca enquanto mediador neste processo de construção da linguagem com/pela criança.

Desta forma, a simultaneidade de vertentes teóricas diversas põe em questão a natureza do processo de ensino-aprendizagem que se coloca no momento inaugural da criança na sua relação com as instituições de ensino formal: a Educação Infantil. Isto merece maior atenção, na medida em que estas discrepâncias se refletirão no perfil de prática educativa no que concerne à língua(gem) a ser posta em prática nas instituições infantis. E nos leva à refletir sobre o papel de tal instrumento, o Referencial, como norteador da educação formal na infância.

## REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, N. Syntactic structures. Haia, Mouton, 1957.
- \_\_\_\_\_. Review of. B. F. Skinner's verbal behavior. Language, no. 35, 1959.
- MAZILLI, S. As "diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil" e os projetos pedagógicos das instituições de educação infantil. Anped, 2001.
- PIAGET, J. A epistemologia genética. São Paulo, Ed. Abril, 1979.
- SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: Mussallin, F. e Bentes, A. C. (eds.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. São Paulo, Cortez, 2001.
- VYGOTSKY, L. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- BRASIL, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília, MEC, 1998.

DLCV	João Pessoa	V. 4	Nº 1	Jan/ Dez 2006	p 69-75
------	----------------	------	------	------------------	---------